

O Exército e a Nação: o serviço militar obrigatório no Piauí e a formação de cidadãos pátrios na primeira metade do século XX

*Clarice Helena Santiago Lira**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil

claricelira@yahoo.com.br

Resumo:

A pesquisa tem como objetivo investigar as relações que se constituíram entre Exército, Nação Brasileira e cidadão pátrio na primeira metade do século XX a partir do processo de operacionalização do serviço militar obrigatório no Piauí entre os anos de 1918 e 1945. Considera-se que a implantação do serviço militar obrigatório através de sorteio, iniciado no Brasil no ano de 1916, articula-se a um novo modelo de sociedade e de cidadão que o estado brasileiro intencionava atingir. Desde a segunda metade do século XIX, o Exército passou a ser considerado uma das instituições mais importantes para a mediação das mudanças sociais que necessitavam ser instituídas no Brasil e, o ingresso do maior número de jovens na caserna, resultaria num maior número de cidadãos que receberiam uma formação pátria adequada àquelas necessidades. Anos após o primeiro sorteio, nas décadas de 1930 e 1940, o exército brasileiro já havia passado por muitas mudanças, tendo como um dos elementos dessa transformação, o aperfeiçoamento na divulgação do sorteio militar o que possibilitou um grande aumento no número de efetivos. No Piauí, dentre os meios divulgadores do serviço militar no recorte proposto estão setores sociais como a escola, os intelectuais e a imprensa. Essa nova vivência social proporcionará a produção de práticas variadas por parte daqueles que eram convocados ao cumprimento do serviço do exército, às vezes distanciadas das idealizadas pelo Estado Brasileiro.

* Professora de História da UESPI / Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação da UFSM.

Palavras-chave: Serviço Militar; Nação; Cidadão.

Abstract:

The presente research has the objective to investigate the relations among Army, Brazilian Nation and patriotic citizen in the first half of the 20th century apart the process of operationalization of the compulsory military service in Piauí between the years of 1918 and 1945. It considered that the implantation of the compulsory military service through a lottery, initiated in Brasil in 1916, is articulated to a new model of society and citizen that the Brazilian State intended to reach. Since the second half of the 19th century, the Army started to be considered one of the most important institutions to the mediation of social changes that were necessary to be instituted in Brazil and e, the entry of the greatest number of young people into the barrack, would result in the higher number of citizens who would receive an appropriate training to those needs. Years after the first draw, in the 1930s and 1940s, the Brazilian army had already passed for several changes, having as one of the elements of this transformation, the improvement on disclosure of the military draw what possibilited a large increase in the number of military forces. In Piauí, among the means of dissimulation of the military service in the purposed time clipping are social sectors as school, intellectuals and the press. That new social experience will provide the production of different practices by those who were summoned to fulfill the military service, sometimes distant of that practices idealized by the Brazilian State.

Keywords: Military Service; Nation; Citizen.

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XIX, o exército brasileiro passou a ser considerado uma instituição importante na mediação das mudanças sociais que necessitavam ser implantadas no Brasil e o ingresso do maior número de jovens na caserna, resultaria num maior número de homens que receberiam uma formação pátria adequada àquelas necessidades. No entanto, é bom que se diga que nesse período a imagem do Exército nacional não era das melhores, principalmente pela forma como se dava o recrutamento de homens para o ingresso no serviço militar.

Vítor Izecksohn, por exemplo, ao tratar do recrutamento compulsório no Brasil, afirma que diferentemente do que aconteceu no século XX, em que o país se envolveu de forma limitada em dois conflitos mundiais, no período colonial e durante boa parte do século XIX a possibilidade de recrutamentos era constante devido a guerras internacionais, às campanhas contra índios e aos conflitos civis. Esse recrutamento forçado era visto como um dos piores pesadelos da condição masculina no Brasil, principalmente para os homens pobres “desonrados”, porque esse serviço era endereçado a eles e assim, visto como indigno por boa parte da população. De acordo ainda com o autor, essa prática de recrutamento forçado vigorará “(...) até 1916 quando a aprovação da lei do serviço militar obrigatório iniciou um longo processo de reversão das regras e práticas que regulavam a entrada no serviço, afetando a composição do seu contingente e a imagem das Forças Armadas na sociedade” (Izecksohn, 2013: 268).

A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR NO BRASIL

Celso Castro, estudioso do serviço militar, afirma que a tentativa de implantação do serviço militar obrigatório, através de sorteio, vem desde o período imperial. Da promulgação da primeira lei que previa o serviço, data de 1874, até sua implantação efetiva ocorrida no final de 1916, muitos posicionamentos contrários ou a favor foram propagados. Essa remodelação que o exército brasileiro tentava implantar pode ser entendida, entre outros aspectos, como articulada ao processo de modernização que os exércitos das grandes nações passavam desde as últimas décadas do século XIX. A vitória prussiana frente à França em 1870, por exemplo, com o seu sistema moderno de conscrição tornou-se referência para os exércitos de todo o mundo. Disseminava-se a ideia

(...) da ‘nação em armas’, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, seriam uma espécie de ‘escola da nacio-

nalidade', já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população e de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional (...) (Castro, 2012: 54).

Observa-se que a implantação do serviço militar obrigatório no Brasil também estava relacionada à necessidade, por parte do Estado brasileiro e de alguns setores da sociedade, de ordenar os sujeitos sociais que cada vez mais chegavam às zonas urbanas. O poeta Olavo Bilac, grande propagandista do serviço militar, via a caserna como um espaço capaz de nivelar as classes sociais, de ensinar a disciplina e o patriotismo, além de promover a instrução primária e a regeneração muscular e psíquica dos cidadãos (McCann, 1982). No entanto mesmo que o exército brasileiro estivesse distante, nos anos posteriores à implantação do serviço militar obrigatório, da imagem produzida por Bilac e apresentasse uma série de problemas relacionados aos seus efetivos, o sorteio militar esteve em pleno funcionamento.

Contudo, esse funcionamento não esteve desprovido de conflitos e não se deu da mesma forma ao longo dos anos propostos para análise (1918-1942). É perceptível, através dos relatórios do Ministério da Guerra¹ desses anos, as remodelações pelas quais o Exército passou para cumprir seus objetivos organizacionais assim como para se fazer eficiente nos seus propósitos sociais. Dentre os elementos que sofreram remodelações podem ser citados: os regulamentos, alguns considerados incompatíveis com as novas feições do exército, uma exigência maior em relação a capacidade moral e física dos ingressos assim como um maior aperfeiçoamento das instruções praticadas nos quartéis (*Relatório do Ministro da Guerra*, 1916).

Outro elemento que se tornou entrave importante nos primeiros anos de aplicação do serviço militar obrigatório foi a presença de falhas nas juntas responsáveis pelo alistamento e sorteio em todo o território nacional, decorrente possivelmente da pouca eficiência das organizações militares locais diante dessa nova prática social (*ibidem*). É importante ressaltar que além das atribuições tipicamente militares nos procedimentos de alistamento, sorteio e cumprimento do serviço do exército, autoridades governamentais e grupos civis também participavam do processo seja, contribuindo para propagação desse “dever patriótico” seja, de forma efetiva através das solenidades anuais de sorteio, que aconteciam, de preferência, em espaço público.

O ministro da guerra ao falar do primeiro sorteio acontecido no Rio de Janeiro, em 1916, ressaltou a participação do Presidente da República e dos

¹ Alguns dos relatórios do Ministério da Guerra dos anos propostos para a pesquisa podem ser encontrados no site da Biblioteca Nacional, disponível em [<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-guerra/720950>], como também arquivados no Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro.

ministros de estado na solenidade, informando também que nas outras regiões do país os governadores se fizeram presentes (*ibídem*). Parece que a presença de autoridades civis na mesa do sorteio tornou-se algo comum em todo o país; no Piauí, duas décadas depois, o jornal *Diário Oficial* traz matéria em que destaca a presença de autoridades militares e civis na “Mesa que presidiu a cerimônia do Sorteio Militar (...) no Teatro 4 de Setembro” (*Diário Oficial*, 1939).

É interessante ressaltar que nos relatórios do Ministério da Guerra dos anos em estudo são encontradas descrições de todas as regiões militares do país e das unidades militares que as compõe, o que torna possível um retrato geral das condições estruturais do exército em todo o território e dos resultados, em números, da aplicação nacional do serviço militar obrigatório no recorte proposto. Nesse material podem ser coletados, ainda, mesmo que de forma superficial, informações referentes às condições de vida da população, suas qualidades físicas assim como os parâmetros ideais que serviam para fazer essas mensurações.

Alguns estados da federação, entre eles o Piauí, não possuíam até o momento do primeiro sorteio uma guarnição federal permanente, contribuindo para os entraves encontrados no processo de operacionalização do serviço militar em seus primeiros anos (*Relatório do Ministro da Guerra*, 1916). Entretanto, essa “deficiência” começou a ser sanada pelo Ministério da Guerra, em caráter de urgência, e dessa forma no ano de 1918 foram inauguradas no Piauí as unidades militares da 18ª Circunscrição de Recrutamento, responsável pelo alistamento e sorteio dos jovens piauienses que estavam em idade de servir e, o 25º Batalhão de Caçadores, responsável pelas atribuições referentes ao cumprimento do serviço dentro do quartel. Assim como no Piauí, unidades militares foram sendo implantadas em todo o território nacional.

José Murilo de Carvalho informa que da aplicação do primeiro sorteio, em 1916, ao ano final da Segunda Guerra, em 1945, o retrato do Exército, mesmo longe do ideal, tinha sofrido muitas transformações: “O recrutamento e o sorteio já atingiam todas as camadas da população e o serviço militar ampliara-se substancialmente (...)” (Carvalho, 2005: 76). O autor acrescenta ainda que “O Exército penetrava amplamente na sociedade e tornava-se capaz de a influenciar” (Carvalho, 2005: 77). Frank McCann também percebe essas transformações organizacionais sofridas pelo Exército anos depois da implantação do serviço militar obrigatório. Segundo ele, nas décadas de 1930 e 1940, essa instituição já havia passado por muitas mudanças, tendo como elemento de transformação, o aperfeiçoamento na divulgação do sorteio militar o que possibilitou um grande aumento no número de efetivos (McCann, 2007).

Notamos que um dos propósitos principais do exército brasileiro, pelo menos de sua alta cúpula, ao implantar o serviço militar obrigatório era assegurar a ordem interna e ao mesmo tempo se tornar a grande escola da nacionalidade

em que todos os cidadãos válidos aprenderiam a defender a Pátria (*Relatório do Ministro da Guerra*, 1916), objetivo que permaneceu presente, guardadas as devidas especificidades contextuais, nas décadas posteriores. Dessa forma, além das reformulações organizacionais necessárias à fabricação do soldado apto a lutar na guerra, o exército brasileiro intencionou contribuir para a constituição de uma nova sociedade, colaborando também para a fabricação do cidadão. Este soldado cidadão seria então o mediador por excelência, entre o mundo militar e o civil, entre a aprendizagem “patriótica”, “disciplinada” e “saúdável” da caserna e a nova sociedade que se desejava produzir.

CONTRADIÇÕES ENTRE O PROJETO NACIONAL E AS PRÁTICAS SOCIAIS

Mas entre o que foi idealizado pelo alto comando da instituição e aquilo que ocorreu de forma efetiva nos vários estados da federação, houve um grande distanciamento. Além das próprias limitações que o Exército teve em chegar com sua presença efetiva em todas as regiões do país, geradas muitas vezes pela falta de recursos materiais e humanos, algo perceptível nos relatórios do Ministério da Guerra, não aconteceu uma aceitação instantânea por parte daqueles que foram afetados diretamente por essa nova ordem social. No Piauí, por exemplo, os documentos levantados apresentam pistas de práticas dissonantes aos ideais patrióticos propagados nos discursos relacionados ao cumprimento do serviço do exército no recorte proposto, como a deserção, o apadrinhamento político, o uso da condição social, a falta de registro civil, a negação de informações no recenseamento populacional, o endereço incerto, a solicitação junto ao Supremo Tribunal Federal da nulidade do sorteio, entre outros. Nesse sentido, a escola, os intelectuais, os jornais, as festas cívico-militares, entre outros, se tornarão meios que irão somar esforços, juntamente com o exército e suas unidades militares locais, na produção do cidadão ideal, ou seja, o soldado cidadão.

Nesse sentido, as principais problemáticas de pesquisa que se afirmam até o momento, giram em torno de duas grandes questões: a primeira volta-se para o entendimento do que foi o Exército enquanto instituição e os papéis organizacionais e sociais vigentes em fins do século XIX e suas transformações ao longo da primeira metade do século XX, levando-se em consideração os projetos de Nação e cidadão idealizados pelo Estado Nacional e as práticas sociais efetivas produzidas em espaços sociopolíticos específicos, como a sociedade piauiense; a segunda questão problematiza o modo como o serviço militar nos mesmos contextos, tornou-se um dos meios considerados mais importantes para que o Estado Nacional Brasileiro atingisse a concretude de seu projeto, qual seja, a produção de uma “nova sociedade” e como desdobramento, de “um homem novo”, ressaltando o papel de forças colaborativas

como a escola e os intelectuais e, apresentando outras forças circulantes, às vezes divergentes do “projeto nacional”.

Levando-se em consideração o exposto, o objetivo principal do estudo em processo inicial de pesquisa é investigar as relações que se constituíram entre Exército, Nação brasileira/Estado Nacional e cidadão pátrio/soldado cidadão na primeira metade do século XX, a partir da análise do processo de operacionalização do serviço militar obrigatório na sociedade piauiense (1918-1942), na tentativa de fabricação de um homem novo e como desdobramento, na produção de uma nova sociedade.

HISTORIOGRAFIA SOBRE O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL E POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Apesar de considerarmos o serviço militar obrigatório como um elemento importante para a compreensão de aspectos relevantes da sociedade brasileira no período proposto, essa temática ainda foi pouco explorada por nossa historiografia. Questões relacionadas ao tema estão dispersas por algumas obras mais antigas de historiadores brasileiros e brasilianistas e, ultimamente, em trabalhos acadêmicos que de certa forma dialogam com essa experiência histórica mesmo não sendo, muitas vezes, os objetos principais de suas pesquisas.

Quanto aos historiadores brasileiros que trataram do tema sem ser sua proposta principal, podemos mencionar José Murilo de Carvalho (2005) com os textos *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador e Forças Armadas e Política, 1930-1945*. Nesses estudos, o autor faz uma discussão sobre o Exército a partir de dentro, discutindo sua luta para se tornar uma organização nacional apta a executar a política de defesa, tendo como uma dessas lutas a operacionalização do serviço militar em todo o território nacional e a disseminação da ideia de soldado cidadão que aproximava essa instituição da sociedade civil. Apesar de não ser a intenção de Carvalho fazer um estudo das relações entre essas transformações organizacionais e os seus efeitos na sociedade brasileira, acaba contribuindo de forma indireta para alguns esclarecimentos sobre essa questão.

Em relação aos brasilianistas, podemos citar Frank D. McCann (2007) e sua obra *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*. Assim como José Murilo de Carvalho, esse brasilianista faz um estudo do Exército brasileiro a partir de sua organização interna, aprofundando-se mais em questões relacionadas à estrutura da instituição, a doutrina, os equipamentos e o treinamento dos homens (Ferreira, 2012). Nesse estudo, o autor observa que seria irrealista imaginar o Exército de 1889 intervindo com a mesma desenvoltura que o da década de 1930, sendo que uma das principais mudanças

ocorridas entre uma data e outra deu-se no tocante aos efetivos, promovido principalmente, segundo ele, pelo advento do serviço militar obrigatório. Para McCann, o exército desempenhou importante papel civilizador, constituindo-se numa instituição fundamental no processo de integração territorial e desenvolvimento de valores patrióticos. Quanto aos vínculos entre a instituição e a sociedade que demonstram uma maior rigidez do serviço militar na década de 1930 em comparação aos contextos anteriores, o autor informa:

A década de 1930 (...) viu o Exército fortalecer alguns de seus vínculos com a sociedade recrudescendo as punições por evasão ao recrutamento e requerendo um certificado de serviço militar para obter empregos públicos e para votar, aumentando o número dos tiros de guerra e impondo o treinamento de oficiais da reserva aos estudantes universitários do sexo masculino. Um decreto-lei de 19 de maio de 1938 especificou que ninguém podia deixar o Exército sem saber ler, escrever e contar e sem possuir um conhecimento elementar do Brasil, sua geografia e Constituição (McCann, 2007: 551-552).

Levando-se em consideração o objetivo de compreender o exército brasileiro da primeira metade do século XX a partir de sua própria organização interna, tanto Carvalho como McCann acabam dando importantes contribuições para o entendimento da sociedade brasileira desse período a partir de seus projetos e práticas institucionais.

Em relação aos estudos que tratam de forma específica sobre o serviço militar obrigatório no Brasil podem ser citados o texto de Celso Castro (2007) intitulado *A Resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*, e o livro *Tributo de Sangue* do brasilianista Peter M. Beattie (2009). Ambos abordam a introdução do sorteio militar no Brasil e discutem aspectos como a resistência à lei do sorteio, as redes clientelistas que se articulavam para evitar o seu funcionamento, a mudança de imagem do praça ao longo das primeiras décadas do século XX, que foi aos poucos apropriado como um símbolo da nacionalidade.

Castro pode ser considerado o primeiro estudioso brasileiro a ter como principal elemento de análise o serviço militar no recorte temporal em discussão, além de apresentar os conflitos e outros projetos divergentes diante da imposição impetrada pelo Estado Nacional como também as relações que se configuraram entre a instituição e a sociedade brasileira. O estudo produzido pelo brasilianista Beattie, apresenta um vasto levantamento documental, ampliando de forma importante as fontes documentais utilizadas para além das mencionadas nos estudos anteriores, obras poéticas por exemplo; também inaugura subtemáticas até então pouco abordadas para se pensar a composição social dos ingressos da caserna no contexto em análise como, raça, gêne-

ro e sexualidade colaborando para complexificar os distanciamentos entre o modelo ideal de cidadão e de sociedade, formulado pela ordem social estatal, e as realidades sociais disponíveis nesse momento.

Sobre os estudos acadêmicos brasileiros, dissertações e teses, que tratam da temática como objeto principal de suas discussões merecem destaque os trabalhos *As malhas de aço no tecido social: a revista 'A Defesa Nacional' e o serviço militar* de Leila Maria Corrêa Capella (1985); *Serviço militar e nacionalidade: os tiros de guerra no Rio Grande do Sul - o tiro de guerra 337 de Ijuí (1917-1944)* de Celso Henrique Acker (1996); *Do 'exército de sombras' ao 'soldado-cidadão': saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista Nação Armada (1939-1947)* de Vitor José da Rocha Monteiro (2010); e *'Cidadãos, às armas!': a introdução do sorteio militar no estado de Mato Grosso (1908-1932)* de Bruno Torquato Silva Ferreira (2014).

Ao comparar os estudos de Capella com os citados até aqui, percebe-se que a intenção da autora é aproximar em sua análise, o mundo militar do mundo civil, vendo o exército como força disciplinadora da sociedade, dispensando análises estruturais da própria instituição. Nessa perspectiva, o Exército é visto como instrumento de intervenção social e, por isso a pesquisa aprofunda-se mais nas questões que vinculem os discursos produzidos na revista *A Defesa Nacional* como meio para se chegar a uma finalidade social; nesse sentido afasta-se das interpretações que discutem a organização interna da força terrestre, questões tratadas nas obras de Carvalho e McCann.

Acker, em sua dissertação, teve como objetivo principal investigar o serviço militar obrigatório e suas relações com a sociedade, tomando como centro de análise o serviço militar prestado nos Tiro de Guerra² 337 de Ijuí (1917-1944). Nota-se nesse trabalho, se comparado aos estudos anteriormente apresentados, a ideia de que o exército serviu como mediador na mudança social que se processava no país, aproximando-se da perspectiva de Capella, que foi uma das suas mais importantes referências de pesquisa. Nesse sentido, o autor aprofundou-se em questões que relacionavam o exército com a sociedade brasileira, apresentando elementos novos, como o lugar dos grupos étnicos num contexto de imposição de uma identidade nacional e o papel endereçado aos tiros de guerra nesse processo.

Monteiro em sua dissertação estudou a importância do tema da saúde no discurso do exército brasileiro a respeito da construção de uma identidade nacional no período do Estado Novo, enfatizando principalmente os anos

² Eram centros de formação de reservas e dedicavam-se ao ensino do manejo com armas de guerra e com a formação ideológica do cidadão. Eram associações com o fim específico de formar atiradores e, com a participação pecuniária de seus sócios, reduziam o investimento do Estado nessa formação (Acker, 1996: 77).

relativos à Segunda Guerra. O seu suporte principal de análise são os discursos produzidos na revista civil-militar *Nação Armada* que foi publicada entre os anos de 1939 e 1947. Assim como Capella, volta-se para o estudo das concepções dos militares formulados em veículos dessa natureza, no entanto elenca como elementos de observação os textos que discutem os problemas sanitários do país assim como aqueles que apresentam intervenções necessárias à sua solução.

O autor acrescenta que os debates sobre o recrutamento e o serviço militar podem ser vistos como objetos privilegiados para se pensar os elos entre as instituições militares e a sociedade brasileira, aproximando-se assim dos estudos de Capella e Acker quanto ao papel do exército na mudança social. Monteiro informa ainda que a revista preconizava os valores e práticas de higiene, da educação física e da eugenia como elementos fundamentais para a conformação de um soldado-cidadão apto a atuar na guerra, mas acima de tudo como modelo para o “novo homem brasileiro”. Nesse sentido, os discursos presentes na revista *Nação Armada* proporcionavam a afirmação pública dos militares como grupo encarregado e aparelhado para promover a “cura” e o “fortalecimento” do país, relacionando assim a elaboração de uma identidade nacional brasileira e a resolução dos problemas sanitários do país através das ações do Exército nesse processo.

Levando-se em consideração as afirmativas do autor, os discursos presentes na revista *Nação Armada* colocam a passagem dos brasileiros pelo serviço militar como algo fundamental para a finalidade do Estado Nacional em construção. O soldado é representado como síntese da nacionalidade e a construção do “soldado-cidadão” era algo visto como possível, apesar dos problemas sanitários existentes. Nesse sentido os esforços para a elaboração do soldado cidadão resultariam na concretude do nascimento de “uma nova nação”:

(...) os valores, significados e representações sobre a saúde dos soldados e, num deslizamento discursivo interessante, sobre a saúde da nação, são ingredientes importantes deste processo pelo qual os militares ‘inventaram’ (ou ‘imaginaram’) um ideal de nação, associaram-no à ‘tradição’ do próprio Exército como força da nacionalidade, e, ao fazê-lo, projetaram sua própria identidade como indissociada da ‘nação’ que se buscava construir e consolidar naquele período (Monteiro, 2010: 18-19).

Percebe-se no estudo do autor, um aspecto importante relacionado à produção de um novo homem, e como desdobramento uma nova nação, sintetizado na figura do soldado cidadão, elemento representativo enfatizado num contexto de guerra, mas que também é perceptível em contextos anteriores, demonstrando que aquele ideal de soldado e cidadão utilizado na implemen-

tação do serviço militar sobrevivia e, mais ainda, teria ganhado força em décadas posteriores.

Por último, temos a tese de doutorado de Bruno Torquato Silva Ferreira intitulada '*Cidadãos às armas!*'. Podemos afirmar que é a primeira tese em história que trata, em seu todo, a temática do serviço militar obrigatório. O seu recorte foi a implantação do sorteio militar na área de abrangência da Circunscrição Militar de Mato Grosso entre os anos de 1908 e 1932, tendo como um de seus objetivos perceber as transformações nas práticas de alistamento nessa região a partir das relações que se constituíram ao longo desses anos entre o poder central e os agrupamentos políticos locais.

Assim como o trabalho de Acker, o autor faz uma análise das especificidades regionais do serviço do exército, no entanto os parâmetros utilizados para a comparação são os "projetos nacionais de integração física", num momento de recorrente reordenamentos das unidades do Exército brasileiro pelo território nacional e de conflitos fronteiriços com outros Estados Nacionais. Apesar de ter como proposta analisar as práticas de recrutamento conduzidas pelo comando militar em Mato Grosso, seu olhar voltou-se principalmente para as dificuldades encontradas pelos oficiais para formar soldados ordeiros e aptos intelectual e fisicamente. É interessante ressaltar a importância desse trabalho para a historiografia que trata do serviço militar no Brasil, sobretudo pelo tratamento dado à bibliografia utilizada e às fontes, demonstrando comprometimento no levantamento e na análise documental assim como conhecimento das obras escolhidas para o diálogo com as fontes utilizadas.

Constata-se que poucos trabalhos foram produzidos em relação ao serviço militar obrigatório no Brasil República. Os estudos giraram ou em torno de questões mais gerais, tendo como elementos de análise os discursos produzidos por militares sobre o papel do Exército na produção de uma nova sociedade, sem estudar casos específicos, e outros que optaram por analisar realidades mais específicas comparando os projetos nacionais com as realidades locais ou regionais. Estes últimos apontaram interpretações direcionadas a contextos regionais restritos como o estado da Bahia, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.

Outro elemento a ser ressaltado é que boa parte dos trabalhos se voltam para o caráter instrumental do serviço militar obrigatório, aprofundando-se mais nas relações que se estabeleceram entre o Exército e a sociedade. A proposta de pesquisa em andamento também parece seguir esse caminho, no entanto, consideramos a pertinência de conhecer as condições organizacionais da instituição para compreendermos melhor as suas ações no meio social, ou seja, temos como proposta conjugarmos a concepção organizacional com a concepção instrumental utilizadas, segundo Edmundo Campos Coelho (2000), para os estudos que tratam do papel do Exército na história brasileira do século XX. De acordo com Coelho na concepção instrumental da

organização militar: “o Exército (...) só pode ser o instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais” (Coelho, 2000: 32), ou como árbitro “cujo conteúdo e sentido são definidos fora da fronteira da organização militar e independentemente dela” (Coelho, 2000: 33). Quanto a concepção organizacional, o autor esclarece:

Apesar da variedade de interesses e orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou parte deles, como a unidade de análise. Esta ênfase na organização não exclui a questão das relações entre a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Pelo contrário, por que formas uma organização se relaciona com seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente são questões que constituem o núcleo de análise (Coelho, 2000: 41).

É interessante ressaltar que o autor acima fez essas considerações em meados da década de 1970, em plena ditadura militar onde as temáticas relacionadas às Forças Armadas não estavam na agenda principal dos estudos das ciências sociais, no entanto a partir da década de 1990 é perceptível o crescimento de trabalhos acadêmicos que se voltaram para a compreensão das forças militares em sua relação com a sociedade. De acordo com Celso Castro et al (2004) os historiadores da história militar mais recente

(...) entendem que os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas. Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados (Castro et al., 2004: 12).

Nesse sentido, os novos historiadores compreendem que o estudo da organização interna do Exército, por exemplo, só tem sentido para compreendermos os seus desdobramentos no espaço social, no entanto, é importante lembrar que a organização das instituições militares também sofre influência do mundo em que fazem parte. Dessa forma, considera-se que os novos estudos procuram trilhar esse caminho de conjugação entre a organização e sua relação com a sociedade, perspectiva que possivelmente servirá de base para pensar as relações entre Exército e sociedade na proposta em análise.

Quanto às fontes documentais nos serviremos de uma diversidade de tipos: jornais (nacionais e locais), revistas e almanaques (nacionais e locais), relatórios e mensagens de governo (nacionais e locais), boletins do exército (nacionais e locais), boletins regimentais (locais), boletins internos (locais), documentos do Supremo Tribunal Federal (locais), além de memórias, biografias e romances (nacionais e locais). O uso variado de fontes históricas tem como

objetivo complexificar ao máximo a realidade que será pesquisada, permitindo um olhar mais cuidadoso com as outras ordens sociais que estão em jogo tentando compreender a moralidade pública dessa sociedade assim como os afastamentos e aproximações com a ordem social e moral advindas de um Estado Nacional com intenções de centralização.

O conceito de cidadão imaginário formulado por Escalante Gonzalbo (1989) que problematiza os distanciamentos existentes entre a ideia de cidadão formulada por uma moral cívica generalizante que dissonava das ordens sociais circulantes no México no período de formação do Estado Nacional, pode ajudar a pensarmos sobre o ideal de cidadão elaborado pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX e sua incompatibilidade com as moralidades e ordens sociais presentes na sociedade piauiense/brasileira no período proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar as fontes documentais, os aportes teóricos e o estado da arte levantados até agora, percebemos as especificidades da proposta de pesquisa, o que gera a originalidade do objeto *A nação, o exército e o cidadão: o serviço militar obrigatório no Piauí e a formação de cidadãos pátrios entre os anos de 1918 e 1942* para a historiografia brasileira. Essa originalidade se constata sobretudo pela análise das singularidades históricas fabricadas pela sociedade piauiense em relação à experiência com o serviço militar obrigatório entre os anos de 1918 e 1942, articulada a um ideal de nação e cidadão, tendo em conta as culturas políticas e ordens sociais impostas pelas instituições oficiais quanto aquelas forjadas pelos diferentes grupos em suas ações cotidianas.

Por último, é importante enfatizar que o serviço militar obrigatório era concebido pelos seus defensores como um instrumento capaz de apagar as fronteiras entre civis e militares, através da disseminação da “consciência civil” nos quartéis. O “cidadão-soldado”, fruto desse processo de amálgama que desembocaria na identificação do Exército-Nação, constituiria uma “força nacional real”, de grande importância para a solução dos problemas do país.³

FONTES

BRASIL (1916): *Relatório do Ministro da Guerra*, Biblioteca Nacional on line.

Jornal Diário Oficial, Piauí, 4.09.1939, Arquivo Público do Piauí.

³ Perspectiva de cidadão soldado encontrada em [[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKER, Celso Henrique (1996): *Serviço militar e nacionalidade: os tiros de guerra no Rio Grande do Sul - o tiro de guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BEATTIE, Peter M. (2009): *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil*, São Paulo, Editora da USP.
- CAPELLA, Leila Maria Corrêa (1985): *As malhas de aço no tecido social: a revista 'A Defesa Nacional' e o serviço militar obrigatório*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense.
- CARVALHO, José Murilo de (2005): *Forças armadas e política no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- CASTRO, Celso (2012): *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CASTRO, Celso (2007): "A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil". Em Â. de C. GOMES (Coord.), *Direitos e cidadanias: justiça, poder e mídia*, Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 239-259.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik [Orgs.] (2004): *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- COELHO, Edmundo Campos (2000): *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Record.
- ESCALANTE GONZALBO, Fernando (1989): *Ciudadanos imaginários: memorial de los afanes y desventuras de la virtud y apología del vicio triunfante en la república mexicana. Tratado de moral pública*, México, Colegio de México.
- FERREIRA, Bruno Torquato Silva (2014): 'Cidadãos, às Armas!': a introdução do Sorteio Militar no Estado de Mato Grosso (1908-1932). Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, Bruno Torquato Silva (2012): "Soldados da Pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)", *História: Questões & Debates*, Curitiba, 57, pp. 267-272. Consultado em 6.12.2017, disponível em [<http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/30564/19760>].
- IZECKSOHN, Vitor (2013): "Quando era perigoso ser homem: recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil". Em M. PRIORE et al., *História dos homens no Brasil*, São Paulo, Editora UNESP, pp. 267-297.
- MCCANN, Frank D. (2007): *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MCCANN, Frank D. (1982): *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército brasileiro*, Recife, Guararapes.
- MONTEIRO, Vitor José da Rocha (2010): Do 'exército de sombras' ao 'soldado-cidadão': saúde, recrutamento militar e identidade nacional na revista *Nação Armada* (1939-1947). Dissertação de Mestrado, Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro.